OECD MULTILINGUAL SUMMARIES

# International Migration Outlook: SOPEMI - 2007 Edition

*Summary in Portuguese*

# Perspectivas sobre a Migração Internacional: SOPEMI – Edição 2007 Sumário em Português

## A fuga de cérebros de profissionais de saúde: mitos e realidades

Por John P. Martin

### Existem receios renovados de uma "fuga de cérebros" dos países em vias de desenvolvimento em benefício dos países da OCDE, especialmente no que respeita aos profissionais de saúde

O aumento da imigração de trabalhadores altamente qualificados para os países da OCDE nos últimos 10-15 anos, muitas vezes de países em vias de desenvolvimento, tem alimentado receios de uma "fuga de cérebros" dos países em vias de desenvolvimento de grande parte da sua mão-de-obra qualificada, em benefício dos países da OCDE. Nos últimos anos, esta preocupação tem sido mais forte no respeitante ao recrutamento de médicos e profissionais de enfermagem estrangeiros por parte dos países da OCDE, e com o envelhecimento das populações nos países da OCDE a conduzir a procura de profissionais de saúde, existem receios reais que o sector da assistência médica em muitos países em vias de desenvolvimento possa vir a ser severamente prejudicado pela fuga de cérebros dos profissionais de saúde.

### Esta edição de Perspectivas apresenta novas provas sobre este assunto

Apesar do elevado interesse político, as provas sólidas sobre a mobilidade internacional dos profissionais de saúde tem sido limitada e, de facto, muitas vezes anedótica. Tal, deu lugar a muita especulação no que respeita ao que é uma questão complexa, e tem sido obstáculo para o desenvolvimento de uma política de respostas eficazes. Para preencher a lacuna, um dos dois capítulos especiais na edição deste ano das Perspectivas apresenta um quadro actualizado e abrangente dos imigrantes no sector da

saúde nos países da OCDE. Fornece respostas para uma série de questões básicas que estão no centro de debates nacionais e internacionais sobre este tema.

Qual é o âmbito da mobilidade internacional dos profissionais de saúde nos países da OCDE? Quais os países de origem e de acolhimento que mais são afectados? Até que ponto a migração afectou os sistemas de saúde nos países em vias de desenvolvimento? Quais as medidas que deveriam tomar os países, quer de origem quer de acolhimento, para se adaptarem aos padrões actuais de mobilidade internacional de profissionais de saúde?

## Geralmente os profissionais de saúde não têm uma representação excessiva entre os migrantes altamente qualificados…

Uma afirmação não apoiada pelos dados, é a de que os profissionais de saúde têm uma representação excessiva entre os migrantes altamente qualificados. Os resultados mostram que por volta do ano 2000, em média, 11% dos profissionais de enfermagem empregados e 18% dos médicos empregados nos países da OCDE eram nascidos no estrangeiro. Estes números são semelhantes aos observados para os profissionais como um todo. No entanto, existem variações importantes de país para país, que, em parte, reflectem diferenças nas características das suas forças de trabalho do sector da saúde e nos padrões de migração históricos. Por exemplo, a percentagem de médicos nascidos no estrangeiro vai de 5% no Japão e na Finlândia, a mais de 30 % na Irlanda, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Igualmente, a percentagem de profissionais de enfermagem nascidos no estrangeiro situa-se acima de 20% na Austrália, Suiça e Nova Zelândia. E em termos absolutos, relativamente a todos os outros países, os Estados Unidos são a única rede que recebe quer médicos quer profissionais de enfermagem. Em muitos países da OCDE, os imigrantes dão uma contribuição importante para a assistência médica, não apenas devido ao seu número mas igualmente porque ajudam a assegurar a continuidade do serviço à noite ou durante os fins-de-semana e o fornecimento de assistência médica em zonas carentes destes serviços.

## … e em países de origem de grande dimensão, como a Índia, China e as Filipinas, o número de profissionais de saúde a trabalhar no estrangeiro é baixo relativamente à oferta doméstica

Alguns países de origem, como as Filipinas para os profissionais de enfermagem, ou a Índia para os médicos, possuem um papel proeminente no fornecimento de trabalhadores profissionais de saúde para os países da OCDE. No entanto, dentro da OCDE a mobilidade é igualmente significante, particularmente dos Estados Unidos e Alemanha. E, existem migrações Sul-Sul importantes de profissionais de saúde, em particular da África e Ásia para o Médio Oriente e África do Sul. Os países das Caraíbas e um certo número de países africanos têm taxas de emigração de médicos particularmente elevadas. Nalguns casos, relativamente poucos médicos ficam para trás, tornando difícil a prestação de serviços básicos de assistência médica à população. No entanto, para países de origem de grande dimensão como a Índia ou a China, embora elevado, o número de profissionais de saúde a trabalhar no estrangeiro é baixo em comparação com a oferta doméstica e o número de médicos por pessoa não tem sido muito afectado.

## Impedir as saídas de médicos e profissionais de enfermagem de países de baixo rendimento não irá resolver a escassez de profissionais de saúde que enfrentam esses países

O capítulo mostra igualmente que o número de trabalhadores profissionais de saúde imigrantes nos países da OCDE representa apenas uma pequena fracção das necessidades do sector da saúde em termos de recursos humanos nos países de baixo rendimento, tal como estimado pela OMS (por exemplo, aproximadamente 12% para África). Resumidamente, embora se impedissem as saídas, se tal fosse realmente possível, iria aliviar o problema, mas por si só não iria resolver a questão de escassez.

## Ainda que não haja programas de recrutamento focalizados, assistiu-se ao aumento na imigração dos trabalhadores de saúde

Até agora, poucos países da OCDE possuem programas de migração específicos que se dirijam aos profissionais de saúde, e os acordos bilaterais não têm um papel importante. Apesar disto, tem havido uma alteração ascendente nas tendências de imigração observadas nos últimos anos, em paralelo com as observadas para a imigração altamente qualificada em geral. Adicionalmente ao papel contínuo dos principais países de origem (Índia, China e Filipinas), tem havido um aumento dos fluxos a partir de países africanos mais pequenos e da Europa Central e de Leste.

## Para melhor mobilizar as capacidades e competências dos médicos e profissionais de enfermagem estrangeiros e assegurar assistência médica de alta qualidade, os países da OCDE estão a colocar ênfase no reconhecimento das qualificações

Os países da OCDE estão a tentar mobilizar as capacidades e competências dos médicos e profissionais de enfermagem estrangeiros recém-chegados assegurando altos padrões e qualidade na prestação de assistência médica. Uma questão-chave, respeita o reconhecimento de qualificações médicas estrangeiras dos profissionais de saúde. Os países da OCDE implementaram uma panóplia de medidas referentes à questão de reconhecimento de capacidades, entre estas, exames práticos e teóricos, testes de língua, e frequentemente, períodos de prática, sendo alguns países, no entanto, mais severos que outros. Igualmente, vários países desenvolveram programas para voltar a atrair para o sector da saúde profissionais de saúde que efectuaram formação no estrangeiro que já se estabeleceram no país mas que trabalham noutras áreas.

## A aceleração recente dos fluxos apela a um aumento de cooperação entre os países de origem e de acolhimento para melhor partilhar os benefícios da mobilidade internacional dos profissionais de saúde

O facto da migração internacional ter tido até agora um papel limitado na actual crise de recursos humanos na área da saúde nos países em vias de desenvolvimento, não deverá desviar a atenção da comunidade internacional, nem enfraquecer os empenhos no que respeita uma melhor assistência médica para todos. Porque a assistência médica é um bem público internacional, porque os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio relacionados com a saúde são elementos-chave para a solidariedade internacional e porque, acima de tudo, o acesso à assistência médica pode ser considerado uma direito humano básico, os países de origem e acolhimento precisam de trabalhar em conjunto no

sentido de fornecerem oportunidades aos profissionais de saúde para que estes possam utilizar de forma eficiente as suas capacidades onde mais são necessárias, garantindo o direito individual de mudança.

Não existe uma resposta única para os desafios apresentados pela mobilidade internacional dos trabalhadores profissionais de saúde, no entanto, os dados actualmente disponíveis asseguram um diagnóstico mais cuidadoso do que está em jogo. Adicionalmente, tem sido efectuado um certo número de propostas de políticas firmes para melhorar a partilha de benefícios da mobilidade internacional dos trabalhadores profissionais de saúde. O aumento da Assistência Oficial ao Desenvolvimento na saúde e os actuais esforços efectuados pela OMS para desenvolver um código global de prática regulando o recrutamento internacional de trabalhadores da saúde está no caminho certo. No entanto, estas medidas necessitam ser acompanhadas, quer nos países de origem quer nos de acolhimento, por políticas que visem o aumento da capacidade doméstica de formação, melhorem a retenção, desenvolvam a mistura de capacidades e cuidados coordenados, e aumentem a produtividade.

© OECD 2007

**Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.**

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

**Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.**
**Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE**
**www.oecd.org/bookshop/**

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.
rights@oecd.org
Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/